

CORREIO SERRANO

São Sebastião do Alto



Chuvas interrompem passagem em RJ-176

Chuvas: São Sebastião do Alto decreta Estado de Emergência

Em razão das fortes chuvas registradas na noite desta segunda-feira, o Município de São Sebastião do Alto decretou Estado de Emergência. Segundo a Prefeitura, os volumes intensos de chuva causaram danos significativos em diferentes pontos da região, com destaque para a RJ-176, no acesso pelo Trevo do Alto, onde a formação de uma grande cratera provocou a interdição total da via, impedindo a passagem de veículos e pedestres. Além disso, diversas barreiras caíram ao longo da zona urbana, zona rural e distritos, afetando diretamente a mobilidade. Diante dos fatos a Prefeitura, esteve presente nos locais mais atingidos, avaliando os danos e adotando as providências necessárias.

Ações prioritárias

O município deu prioridade na atuação na estrada de acesso pela Barra Mansa, garantindo, de forma provisória, a entrada e saída de veículos por esse trecho, uma vez que o acesso principal pelo Trevo do Alto permanece interditado. A liberação da RJ-176 é fundamental para assegurar o acesso aos distritos, o funcionamento pleno do hospital, o escoamento da produção agrícola e leiteira e a mobilidade dos estudantes.

Divulgação



Concessionária foi alvo de CPI em 2025 pelos serviços

Paraíba vai rever contrato de água

O prefeito de Paraíba do Sul, Júlio Canelinha informou que o município vai rever o contrato da Águas da Condessa, que presta serviços de água e esgoto. A concessionária já foi alvo de CPI no ano passado pelos serviços. Canelinha destacou que na revisão pediu a baixa de tarifas, redução tarifária, ressaltando também a questão da melhora das tarifas do comércio e a luta pela tarifa social além de fazer valer o direito das pessoas que não estão assistidas por tratamento de esgoto, entre outros serviços que são cobrados de forma ilegal.

Proteção das crianças e adolescentes

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Teresópolis, por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Meudon, aderiu à campanha nacional 'Pule, brinque e cuide – Unidos pela proteção de crianças e adolescentes', lançada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Objetivo da ação

O objetivo é sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância da proteção integral de meninas e meninos, fortalecendo a responsabilidade coletiva na prevenção e no enfrentamento de violações de direitos, especialmente o abuso, a exploração sexual, o trabalho infantil e outras situações de vulnerabilidade.

Fibromialgia I

Teresópolis recebe, neste sábado, dia 7, o 2º Encontro 'Fibromialgia em Foco', das 10h às 12h, na Universidade Estácio de Sá – Campus Várzea (Rua Nilza Chiapeta Fadigas, 488). Com o tema "Essa dor é de todos nós", o evento é aberto ao público e tem como objetivo ampliar o diálogo, a conscientização.

Fibromialgia II

Entre os temas que estarão em pauta, destacam-se os avanços e desafios das no atendimento aos pacientes com fibromialgia e a Lei nº 15.176/2025, sancionada em julho de 2025, que reconhece a fibromialgia como condição passível de enquadramento como deficiência no Brasil. A nova legislação representa um marco.

Fibromialgia III

O evento é promovido pela Associação de Pessoas com Fibromialgia no Rio de Janeiro (AFIRJ – Teresópolis) e conta com o apoio da Prefeitura. A programação contará com a participação do deputado federal Hugo Leal, representantes de instituições públicas e entidades ligadas à defesa dos direitos das pessoas com fibromialgia.

Carnaval em Terê

A Prefeitura de Teresópolis divulgou a programação oficial do 'Teresópolis: O Carnaval da Gente 2026', que será realizado entre os dias 13 e 17 de fevereiro. A festa reúne blocos tradicionais, apresentações musicais e atividades pensadas para públicos de todas as idades. Serão cinco dias de programação, distribuída pelo município.

Atrações

As atrações acontecem na Feirinha do Alto (Praça Higino da Silveira), na Praça Olímpica Luís de Camões, na Várzea; na Praça Nilo Peçanha, no Alto, ao lado do Colégio Ginda Bloch; e também no interior, em Bonsucesso, no 3º Distrito. Com shows de artistas locais e desfiles de blocos que prometem colorir.



Lei Complementar continua gerando debate no município

CAU cobra explicações da Prefeitura de Teresópolis

Entidade afirma que medida viola atual Plano Diretor

Por Richard Stoltzenburg

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) enviou ofício ao prefeito de Teresópolis, Leonardo Vasconcellos, solicitando explicações formais sobre a Lei Complementar nº 351/2025, que passou a permitir a construção de prédios de até 20 andares no município. O documento foi assinado pelo presidente do CAU/RJ, arquiteto e urbanista Sydnei Menezes.

No texto, o CAU afirma ter tomado conhecimento da publicação da lei por meio da imprensa e sustenta que a norma teria sido aprovada "em flagrante violação aos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município". O conselho também aponta que, segundo sua análise, a mudança não teria sido precedida por estudos técnicos que justificassem a alteração no perfil arquitetônico da cidade, nem por consulta prévia à sociedade e aos conselhos municipais da Cidade e de Defesa do Meio Ambiente.

O órgão, que tem entre suas atribuições a fiscalização do exercício profissional da arquitetura e urbanismo, solicitou ao prefeito o envio dos estudos técnicos que teriam embasado a edição da lei, bem como cópia integral do processo legislativo que resultou na promulgação da norma.

Na parte final do ofício, o CAU menciona ainda recomendação expedida pelo Ministério Público e sugere a revogação da Lei Complementar nº 351/2025, além da suspensão de eventuais licenciamentos ur-

banísticos realizados com base na nova regra, até que os esclarecimentos sejam prestados.

Recomendação do MPRJ

A recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) foi encaminhada no dia 7 de janeiro deste ano, solicitando a revogação da Lei Complementar nº 351/2025. De acordo com o documento, a nova regra urbanística violaria princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município.

O vereador do Rio de Janeiro, Pedro Duarte, classificou a decisão da prefeitura e a autorização dos vereadores como uma "bizarria" e afirmou que as mudanças terão impacto direto na mobilidade urbana da região. O parlamentar ingressou com uma ação popular na Justiça em Teresópolis, na tentativa de suspender a autorização.

Na ação, o vereador afirma que a medida altera o zoneamento no trecho compreendido entre a Rua Alfredo Rebello Filho e a Rua Hidelgardo de Noronha, além do perímetro entre a Rua Augusto do Amaral Peixoto e a Rua Sloper. Antes da nova regra, o limite máximo era de oito andares nas vias principais e de cinco andares no entorno da região. Também é citada, na justificativa do pedido de suspensão, a ausência de estudo de impacto para os moradores da localidade.

A Prefeitura de Teresópolis foi questionada sobre o ofício, mas até o momento não prestou esclarecimentos.